
Proposta de Orçamento de Estado para 2027

Relatório das Despesas Climáticas

Índice

I.	Introdução e contexto das políticas climáticas	3
II.	Âmbito	5
III.	Análise das despesas climáticas (OE 2027)	6
III.1.	Despesas climáticas totais	6
III.2.	Despesas climáticas por Setor	8
III.3.	Despesas climáticas por pilar/programa.....	10
III.4.	Despesa climática por fonte de financiamento.....	11
IV.	Conclusões e próximos passos	12
	Anexo 1 – Resumo da metodologia de CBT	14
	Anexo 2 – Mapa das Despesas Climáticas por Orgânica	17
	Anexo 3 – Mapa das Despesas Climáticas por Pilar/Programa.....	18
	Anexo 4 – Acrónimos	19

Lista de Tabelas

Tabela 1-	Despesas climáticas – por nível	8
Tabela 2 -	Despesas climáticas por ministério (milhões de CVE)	8
Tabela 3 -	Despesas climáticas Pilar/Programa.....	10
Tabela 4 -	Despesa climática por fonte de financiamento (em milhões de CVE)	11
Tabela 5 -	Perfil climático de cada fonte (% da despesa climática da fonte)	12

Lista de Figuras

Figura 1 -	Despesas Climáticas por domínio	7
Figura 2 -	Despesas climáticas por setor	9

I. Introdução e contexto das políticas climáticas

Este Relatório das Despesas Climáticas do Orçamento de Estado de 2027 apresenta uma análise das despesas públicas orçamentadas relacionadas com o clima, incluindo a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Este relatório tem como objetivo aumentar a transparência e a responsabilização quanto aos compromissos de Cabo Verde para enfrentar os desafios críticos impostos pelas mudanças climáticas. Apresenta, assim, a alocação de recursos entre os diferentes setores para implementar as políticas do Governo neste domínio.

Cabo Verde, como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), enfrenta uma grande vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. A subida do nível do mar, o aumento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos, as secas prolongadas, a escassez de recursos hídricos e a degradação dos ecossistemas terrestres e marinhos constituem ameaças significativas para o desenvolvimento sustentável do país. Estes desafios afetam diretamente setores estratégicos como a agricultura, as pescas, o turismo, a energia e os recursos hídricos, colocando em risco as infraestruturas, a segurança alimentar, os meios de subsistência das populações e o bem-estar dos cidadãos. Neste contexto, o reforço da resiliência climática e a mobilização de financiamento para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas assumem um papel fundamental para garantir um desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente em Cabo Verde.

Reconhecendo estas ameaças, o Governo de Cabo Verde integrou a ação climática como um pilar central da sua estratégia de desenvolvimento nacional. Este compromisso está refletido na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3) do país, no âmbito do Acordo de Paris, no Plano Nacional de Adaptação e em várias políticas nacionais destinadas a promover um futuro sustentável, resiliente e de baixo teor de carbono.

O Governo, no quadro das políticas visando fazer face às mudanças climáticas a serem implementadas no Orçamento de Estado para 2027 (OE 2027), dá prioridade a várias áreas estratégicas fundamentais, refletindo tanto as suas ambições de mitigação como as necessidades de adaptação. Assim, os principais domínios de ação incluem:

1. **Energias renováveis:** Consolidar e acelerar a transição para uma matriz energética baseada em fontes renováveis, em particular a energia solar e eólica, contribuindo para a descarbonização da economia, o aumento da independência energética e a redução dos custos associados à importação de combustíveis fósseis. Paralelamente, estão a ser avaliadas e desenvolvidas soluções inovadoras de armazenamento de energia como as tecnologias de armazenamento por bombagem (*pumped-storage*), que permitirão aumentar a penetração das energias renováveis intermitentes e reforçar a resiliência do sistema energético nacional.
2. **Transportes sustentáveis:** Acelerar a transição para uma mobilidade de baixas emissões através da promoção dos veículos elétricos (VE-carros e mini autocarros), da expansão da rede nacional de carregamento e da adoção de soluções inovadoras de transporte sustentável. Existem igualmente projetos-piloto de eletrificação que servirão para avaliar o potencial de novas propostas, nomeadamente em embarcações de pesca.
3. **Disponibilidade da água:** Aumentar a disponibilidade de água através de meios sustentáveis, nomeadamente através da expansão da capacidade de dessalinização alimentada por fontes de energia renováveis, abordando uma vulnerabilidade crítica no arquipélago;
4. **Agricultura inteligente face ao clima:** Implementar práticas e tecnologias que reforcem a resiliência da agricultura aos impactos climáticos, como a seca e a degradação dos solos, promovendo a eficiência hídrica por meio da irrigação eficiente e da reutilização de águas residuais tratadas, apoiada pela expansão das infraestruturas de saneamento, de forma a fortalecer a segurança alimentar e a sustentabilidade do setor agrícola.
5. **Gestão das Zonas Costeiras:** Proteger as comunidades e os ecossistemas costeiros vulneráveis através de investimentos em defesas costeiras, da recuperação de barreiras naturais e de um melhor planeamento e monitorização da zona costeira.
6. **Sistemas de alerta precoce multirrisco:** Reforçar os sistemas de observação, previsão, comunicação e resposta para antecipar fenómenos extremos, assegurar

a disseminação atempada de alertas e reduzir os riscos para as populações, as infraestruturas e as atividades económicas.

Este relatório detalha como o OE 2027 está alinhado com estas prioridades e fornece uma avaliação quantitativa das despesas orçamentadas pelos principais ministérios setoriais relacionadas com o clima.

II. Âmbito

O exercício de marcação orçamental climática do OE 2027 incidiu sobre as despesas orçamentadas nos programas de investimento e nos programas finalísticos das entidades da Administração Central¹, com a exceção dos órgãos de soberania. A aplicação da metodologia permitiu identificar, neste universo, as despesas relevantes para a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.

Das 14 entidades objeto de marcação orçamental climática, dez têm despesas classificadas como climáticas, sendo que a distribuição destas despesas por entidade é apresentada no Anexo 2.

Para identificar e classificar as despesas relevantes para o clima inscritas no OE 2027, foi aplicado o sistema nacional de Marcação Orçamental Climática (Climate Budget Tagging – CBT), desenvolvido com base na metodologia dos Marcadores do Rio da OCDE-CAD e adaptado ao contexto orçamental e institucional de Cabo Verde.

A metodologia assenta numa abordagem baseada nos objetivos da despesa, avaliando, para cada projeto ou atividade, em que medida a mitigação das mudanças climáticas e/ou a adaptação aos seus impactos constituem o objetivo principal, um objetivo específico mas secundário, ou uma componente de relevância mais limitada. Esta avaliação determina o nível de marcação atribuído e, consequentemente, a parcela da despesa considerada relevante para o clima. A metodologia e os critérios de classificação são apresentados em maior detalhe no Anexo 1.

¹ No MIHOT, o exercício não abrangeu todos os centros de custo.

III. Análise das despesas climáticas (OE 2027)

III.1. Despesas climáticas totais

Com base nos resultados da marcação orçamental, as despesas consideradas relevantes para o clima no OE 2027 totalizam 3.006,8 milhões de CVE, o que corresponde a cerca de 3,8% das despesas dos programas de investimento e dos programas finalísticos abrangidos pelo exercício de marcação. Este resultado evidencia a presença da dimensão climática na programação orçamental, embora a sua interpretação deva ter em conta o âmbito de cobertura do exercício e não deva ser entendida, por si só, como uma medida do grau de adequação do financiamento às necessidades climáticas do país.

As alterações orgânicas derivadas das eleições legislativas, bem como o alargamento do universo de entidades sujeitas à marcação, não permitem ainda uma comparação interanual plenamente homogénea. À medida que a cobertura se estabilize, será possível construir uma série histórica consistente e acompanhar a evolução da despesa climática ao longo do tempo.

A composição da despesa climática revela uma predominância das intervenções de adaptação, que representam cerca de 47% do total identificado, face aos 32% destinados exclusivamente à mitigação e aos 21% destinados a intervenções que combinam objetivos de mitigação e adaptação.

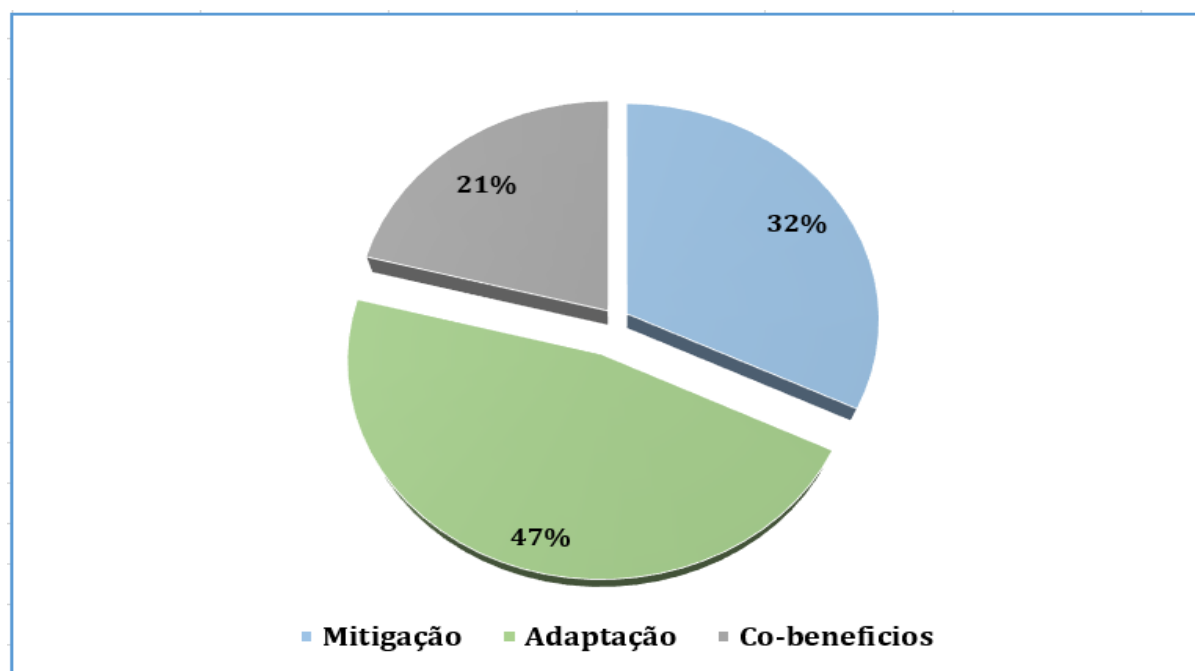
Esta estrutura não acompanha, em termos gerais, o padrão observado nos fluxos internacionais de financiamento climático. Dados mais recentes da OCDE² mostram que, em 2024, a mitigação continuou a representar quase dois terços do financiamento climático disponibilizado e mobilizado para os países do Sul Global, enquanto a adaptação representou cerca de um quarto do total.

No caso de Cabo Verde, merece atenção particular o peso das intervenções orientadas para a resiliência. Considerando conjuntamente as despesas classificadas como adaptação e as intervenções com benefícios simultâneos de mitigação e adaptação, cerca de 68% da carteira climática apresenta uma componente de adaptação. Esta composição é coerente com os elevados níveis de exposição e vulnerabilidade climática dos pequenos

² OECD (2026), *Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013–2024*

Estados insulares em desenvolvimento. Estudos recentes³ estimam que os SIDS necessitam de cerca de seis vezes mais financiamento para adaptação do que os fluxos atualmente identificados, evidenciando a importância de reforçar o investimento público orientado à resiliência climática.

Figura 1 - Despesas Climáticas por domínio



Esta distribuição demonstra uma concentração mais elevada da despesa em intervenções de adaptação, seguida das ações de mitigação e, por último, dos projetos com objetivos simultâneos de mitigação e adaptação (co-benefícios). A composição da despesa climática por tipo de intervenção é apresentada na tabela seguinte:

³ Climate Policy Initiative e Global Center on Adaptation (2025), State and Trends of Climate Adaptation Finance in Small Island Developing States.

Tabela 1- Despesas climáticas – por nível

Nível	Montante (em milhões CVE)	Em % do total
M3	786,8	26,2%
M2	18,7	0,6%
M1	161,2	5,4%
A3	103,1	3,4%
A2	1 099,2	36,6%
A1	208,1	6,9%
M2 A2	24,4	0,8%
M1 A1	97,2	3,2%
M2 A1	37,9	1,3%
M2 A3	325,9	10,8%
M1 A3	116,7	3,9%
M1 A2	27,6	0,9%
Total	3 006,8	100,0%

III.2. Despesas climáticas por Setor

O exercício de marcação evidencia diferenças na distribuição das despesas climáticas entre os ministérios, refletindo a natureza dos respetivos mandatos, a composição das respetivas carteiras de programas e o papel que desempenham na implementação das prioridades nacionais de mitigação e adaptação.

A Tabela 2 e a Figura 2 resumem, assim, a despesa climática de cada ministério, e o Anexo 2 fornece uma desagregação mais detalhada por nível de marcação.

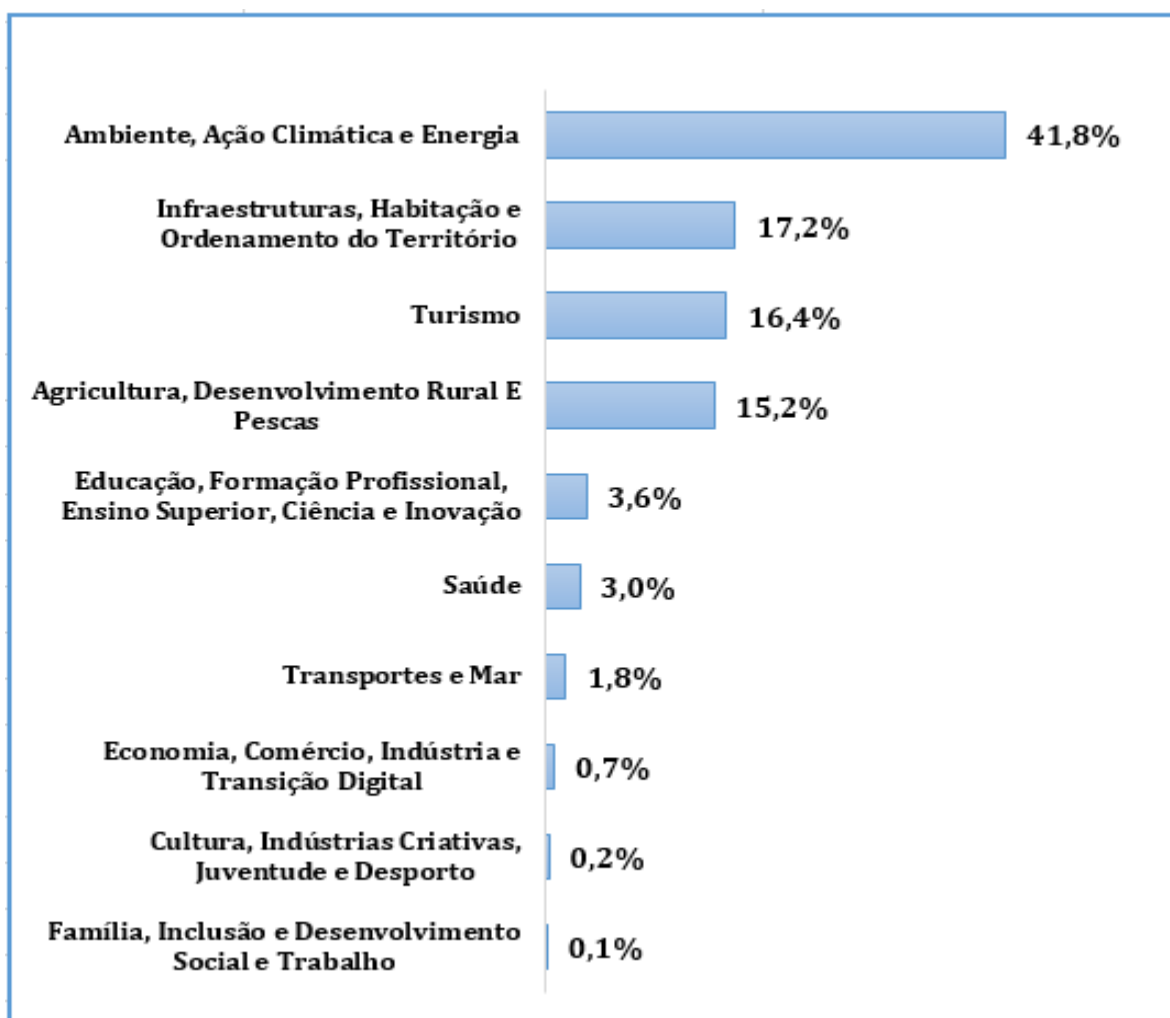
Tabela 2 - Despesas climáticas por ministério (milhões de CVE)

SECTOR	Mitigação	Adaptação	Co-benefícios	Total Despesas Climáticas
AMBIENTE, AÇÃO CLIMÁTICA E ENERGIA	915,1	130,4	210,1	1 255,6
INFRAESTRUTURAS, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	11,1	462,7	42,7	516,5
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	0,0	477,9	14,4	492,3
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS	0,0	121,8	336,1	458,0
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO	1,8	83,7	23,7	109,2
SAÚDE	16,0	74,9	0,0	90,9
TRANSPORTES E MAR	0,0	54,5	0,0	54,5
ECONOMIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	18,6	0,3	2,6	21,5
CULTURA, INDÚSTRIAS CRIATIVAS, JUVENTUDE E DESPORTO	4,1	2,6	0,0	6,8
FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	0,0	1,6	0,0	1,6
TOTAL	966,7	1 410,4	629,7	3 006,8

O setor do Ambiente, Ação Climática e Energia concentra a maior fatia das despesas climáticas identificadas (41,8%), impulsionado, em grande medida, por investimentos

em energias renováveis e iniciativas de eficiência energética, alinhados com os compromissos climáticos.

Figura 2 - Despesas climáticas por setor



O setor das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território, seguido do setor do Turismo e do setor da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, representam igualmente uma parcela substancial da despesa climática (48,8%), com predominância de ações de adaptação.

A estas quatro áreas, que concentram cerca de 90,6% da despesa climática identificada, seguem-se investimentos nos setores da Educação, Formação Profissional e Saúde, refletindo as necessidades de adaptação destes setores.

III.3. Despesas climáticas por pilar/programa

A análise do alinhamento da despesa climática com as prioridades nacionais permite identificar como os recursos orçamentais relevantes para o clima se distribuem entre os principais eixos de política pública. A Tabela 3 apresenta a distribuição da despesa climática pelos Pilares e Programas, enquanto o Anexo 3 fornece uma desagregação mais detalhada.

Tabela 3 - Despesas climáticas Pilar/Programa

PILAR	PROGRAMA	Montante (em milhões de CVE)
ECONOMIA	PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	816,7
	CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	492,3
	TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	449,2
	INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	269,1
	CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	42,9
	PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	27,2
	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	6,8
	CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	2,6
Total Economia		2 106,7
AMBIENTE	ÁGUA E SANEAMENTO	219,6
	AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	185,6
	AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	44,7
Total Ambiente		450,0
ESTADO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	128,1
	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	68,1
	HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	252,3
	PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO	1,6
Total Estado Social		450,1
TOTAL GERAL		3 006,8

A análise evidencia uma concentração relevante das dotações orçamentais em áreas diretamente associadas às prioridades climáticas nacionais. Destacam-se, em particular, as energias renováveis e a mobilidade elétrica, a agricultura inteligente face ao clima, as infraestruturas modernas e resilientes, a habitação, o desenvolvimento urbano e o ordenamento, e a água e o saneamento, que concentram 83,1% da despesa identificada como climaticamente relevante.

Esta leitura permite acompanhar a forma como o orçamento contribui para a implementação das prioridades climáticas nacionais e apoiar futuras decisões de alocação de recursos. A consolidação desta análise ao longo dos próximos exercícios permitirá também avaliar a evolução do alinhamento entre o OE e os objetivos climáticos de Cabo Verde.

III.4. Despesa climática por fonte de financiamento

O financiamento das despesas climáticas é sobretudo dependente do financiamento externo, como se pode verificar na Tabela 4.

Tabela 4 - Despesa climática por fonte de financiamento (em milhões de CVE)

Tipo de financiamento	Orçamento total dos programas finalísticos e de investimento	Mitigação	Adaptação	Co-benefícios	Total clima	% do total clima	Intensidade climática
Tesouro	70 209,1	193,1	545,7	146,0	884,8	29,4%	1,3%
Empréstimo	5 989,5	550,4	691,9	307,6	1 550,0	51,5%	25,9%
Donativo	2 595,8	223,2	172,8	176,1	572,0	19,0%	22,0%
Outro	520,5	-	-	-	-	-	-
Total	79 314,8	966,7	1 410,4	629,7	3 006,8	100,0%	3,8%

Milhões de CVE

Assim, os empréstimos são a principal fonte de financiamento, representando 51,5%, seguidos do Tesouro com 29,4% e dos donativos com 19%. No conjunto, o financiamento externo (empréstimos e donativos) assegura 70,6% da despesa climática. No entanto, representa apenas cerca de 10,8% do orçamento de referência. A diferença é ainda mais clara na intensidade climática, isto é, no peso da despesa climática no orçamento de cada fonte, em que cerca de 25,9% dos empréstimos e 22,0% dos donativos financiam ações climáticas, sendo que o Tesouro a proporção é de apenas 1,3%. As restantes fontes, sobretudo receitas próprias consignadas do setor da Justiça e da Defesa, não têm qualquer marcação climática.

Cada fonte também tem um perfil próprio, sendo que os empréstimos financiam sobretudo a adaptação (691,9 milhões; 44,6%) e a mitigação (550,4 milhões; 35,5%). O Tesouro concentra-se na adaptação (545,7 milhões; 61,7% da sua despesa climática) e os Donativos têm uma distribuição mais equilibrada, com a mitigação à frente (39,0%), seguida dos co-benefícios (30,8%) e da adaptação (30,2%).

Tabela 5 - Perfil climático de cada fonte (% da despesa climática da fonte)

Tipo de financiamento	Mitigação	Adaptação	Co-benefícios	Total
Tesouro	21,8%	61,7%	16,5%	100,0%
Empréstimo	35,5%	44,6%	19,8%	100,0%
Donativo	39,0%	30,2%	30,8%	100,0%
Outro	-	-	-	-
Total	32,2%	46,9%	20,9%	100,0%

Estes resultados mostram que a ação climática financiada pelo Orçamento do Estado continua muito dependente de parceiros externos, em especial do financiamento reembolsável.

IV. Conclusões e próximos passos

A aplicação da metodologia nacional de marcação orçamental climática permitiu identificar 3.006,8 milhões de CVE em despesas relevantes para o clima. Este montante traduz o compromisso do Governo em direcionar os recursos públicos para áreas prioritárias da ação climática e de alinhar as prioridades do OE2027 com os compromissos assumidos pelo país em matéria de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

As despesas climáticas orçamentadas abrangem setores essenciais para a transformação e a resiliência da economia cabo-verdiana, com destaque para as energias renováveis e a mobilidade elétrica, a agricultura resiliente às mudanças climáticas, a gestão e proteção costeira, as infraestruturas resilientes, os recursos hídricos e a dessalinização alimentada por fontes renováveis. A carteira inclui também projetos-piloto destinados a testar e demonstrar soluções inovadoras, com potencial para serem replicadas e expandidas no país.

A maior parcela das despesas climáticas destina-se a intervenções de adaptação, seguidas das ações de mitigação e dos projetos que geram co-benefícios. Esta composição evidencia, por um lado, o investimento na transição para uma economia de baixo carbono e, por outro lado, a atenção atribuída à capacidade de adaptação e à resiliência de um país particularmente exposto aos impactos das mudanças climáticas.

Os resultados mostram ainda que a ação climática está presente em diferentes setores e áreas de política pública. A inclusão destas despesas na proposta de orçamento para 2027 reforça a sua articulação com as prioridades definidas nos instrumentos nacionais de política climática, permitindo transformar compromissos em intervenções concretas, reduzir vulnerabilidades, prevenir e gerir riscos climáticos, proteger os ecossistemas e o capital natural, melhorar as condições de vida das populações e criar oportunidades ligadas à transição energética e climática.

A consolidação do Relatório de Despesas Climáticas permitirá que este seja, cada vez mais, um instrumento de apoio à decisão, para além das suas funções de transparência e prestação de contas, contribuindo para uma maior compreensão de como os recursos públicos contribuem para os objetivos da política climática.

Nos próximos exercícios, pretende-se ampliar gradualmente a cobertura da Marcação Orçamental Climática e reforçar a ligação às prioridades da NDC, do NAP e dos demais instrumentos nacionais de planeamento. O acompanhamento da execução orçamental e a criação progressiva de séries históricas também permitirão analisar melhor a evolução do financiamento climático público e os resultados alcançados.

Dar continuidade a este processo permitirá integrar cada vez mais as questões climáticas no ciclo orçamental e orientar os recursos públicos para um desenvolvimento mais resiliente, sustentável e de baixo carbono em Cabo Verde.

Anexo 1 – Resumo da metodologia de CBT

Finalidade e uso: O Guia de Marcação Orçamental Climática¹ estabelece o procedimento padrão para identificar, classificar e quantificar, no Orçamento do Estado, as dotações e despesas com contributo para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e/ou para a adaptação às mudanças climáticas. A metodologia assegura transparência, comparabilidade interanual e alinhamento com os instrumentos nacionais (PEDS II, NDC, NAP, LT-LEDS), permitindo o reporte consolidado da Despesa Climática que acompanha a proposta de orçamento.

Âmbito e cobertura: A marcação aplica-se a programas e projetos finalísticos e de investimento. Ficam excluídas as operações financeiras e os programas de gestão e apoio sem objetivo climático explícito. A cobertura é progressiva e extensível a todos os setores, priorizando inicialmente os com maior relevância climática.

Princípios de aplicação: (i) alinhamento com boas práticas internacionais (Marcadores do Rio/OCDE), (ii) consistência e proporcionalidade, (iii) rastreabilidade com base em evidências documentais, (iv) não duplicação entre entidades, (v) melhoria contínua do método e dos dados.

O que fazer (passos operacionais que o Guia orienta):

1. Identificar elegibilidade climática

- Ler o objetivo e os resultados esperados do programa/projeto;
- Verificar se há **objetivo climático explícito** e/ou **benefício climático mensurável** (redução de emissões, aumento de resiliência, redução de vulnerabilidades).

¹ Guia disponível no Portal do Clima de Cabo Verde: <https://portaldoclima.gov.cv/recurso/guia-para-marcacao-orcamental-climatica/>

2. Classificar o tipo de contributo

- **Mitigação** quando a intervenção reduz/evita emissões ou aumenta remoções (p. ex., renováveis, eficiência energética, mobilidade sustentável, gestão de resíduos);
- **Adaptação** quando reduz vulnerabilidades ou aumenta resiliência (p. ex., gestão hídrica, proteção costeira, agricultura resiliente, saúde climática);
- **Misto** quando existirem objetivos de mitigação e adaptação ambos substantivos.

3. Atribuir o nível de relevância e coeficiente

- **Nível 3 – Principal (100%)**: objetivo climático principal e explícito;
- **Nível 2 – Significativo (40%)**: objetivo climático relevante, mas não principal, com outputs/resultados associados;
- **Nível 1 – Componentes limitadas (10%)**: benefícios climáticos secundários e circunscritos;
- **Nível 0 – Não relacionado (0%)**: ausência de objetivo/benefício climático demonstrável.

O **coeficiente** correspondente (100/40/10/0) multiplica a dotação para estimar a **parcela climática imputada**.

4. B. Regras de classificação (árvore de decisão sintética)

- **O objetivo principal é climático e explícito? → N3 (100%).**
- **Há um objetivo específico climático relevante, com outputs/resultados mensuráveis? → N2 (40%).**
- **Existem componentes limitadas com benefício climático? → N1 (10%).**
- **Caso contrário → N0 (0%).**

5. Registar a marcação na Ficha do Projeto

- Preencher **campos obrigatórios** (ver abaixo);
- Redigir **justificação técnica curta** (2–6 linhas) com referência ao objetivo/resultado climático;
- Anexar **evidências** (estratégias, estudos, EIA, projetos técnicos, termos de referência, etc.).

6. Validar e consolidar

- **Revisão setorial** pelos pontos focais (coerência interna e não duplicação);
- **Validação central** (DNPO/Orçamento) para garantir consistência metodológica;
- **Consolidação no sistema orçamental**, com cálculo automático da despesa climática imputada.

7. Reportar e monitorizar

- Agregar resultados por **ministério, tipo (Mitigação/Adaptação/Co-benefícios), nível (3/2/1), e domínio NDC/PEDS**;
- Integrar a análise no **Relatório das Despesas Climáticas**;
- Acompanhar a execução durante o ano e promover **revisões ex-post** e melhoria contínua.

8. Integração no ciclo orçamental

- **Planeamento e preparação**: marcação feita pelas equipas setoriais ao submeter as Fichas;
- **Negociação orçamental**: revisão de coerência e arbitragens metodológicas;
- **Orçamentação**: cálculo automático da **despesa climática**;
- **Execução e controlo**: monitorização e auditorias temáticas;
- **Prestação de contas**: publicação anual no Relatório das Despesas Climáticas.

9. Governação e garantia de qualidade (QA)

- **1.ª linha – Setores**: elaboração, autoverificação e manutenção da pista de evidências;
- **2.ª linha – SNAC/DNOCP**: validação metodológica, consistência transversal e gestão de casos “Mistos”.

Relatório das Despesas Climáticas

Anexo 2 – Mapa das Despesas Climáticas por Orgânica



Orçamento 2027

Mapa XVII - Orçamento Sensível ao Clima por Orgânica

Orgânica	Total Orçamento	Mitigação			Total	Adaptação			Total	Mitigação / Adaptação	Despesas Climáticas
		M3	M2	M1		A3	A2	A1			
	101,727,608,473	786,828,187	18,675,686	161,238,454	966,742,327	103,097,161	1,099,183,662	208,113,664	1,410,394,487	629,654,192	3,006,791,065
OSOB - Presidência Da República	255,706,924	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Assembleia Nacional	1,390,210,555	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Tribunal Constitucional	83,674,331	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	89,139,013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Procuradoria Geral Da República	120,450,201	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Tribunal De Contas	258,116,018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial	1,061,590,514	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Conselho Superior Do Ministério Público	570,507,064	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSOB - Comissão Nacional De Eleições	46,300,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro	240,279,808	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Ministro Da Presidência do Conselho dos Ministros, Assuntos Parlamentares e Comunicação Social	310,420,943	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CHGOV - Secretária De Estado Do Turismo	1,869,777,523	0	0	0	0	0	462,254,258	15,642,894	477,897,152	14,400,000	492,297,152
GOV - Ministério Das Finanças	29,390,101,907	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Justiça	3,720,186,790	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Administração Interna	5,827,827,547	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	2,374,870,696	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Da Defesa Nacional	2,270,650,626	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território	4,297,332,533	11,060,000	0	0	11,060,000	0	319,374,353	143,349,655	462,724,008	42,723,386	516,507,395
GOV - Ministério Dos Transportes E Mar	2,863,340,716	0	0	0	0	1,650,342	51,401,116	1,422,330	54,473,788	0	54,473,788
GOV - Ministério Da Família, Inclusão, Desenvolvimento Social e Trabalho	4,900,041,130	0	0	0	0	0	1,161,060	428,371	1,589,431	0	1,589,431
GOV - Ministério Da Economia, Comércio, Indústria E Transição Digital	1,211,061,151	0	0	18,644,500	18,644,500	0	0	278,555	278,555	2,563,137	21,486,192
GOV - Ministério Da Saúde	14,075,112,631	0	16,000,000	0	16,000,000	0	74,908,916	0	74,908,916	0	90,908,916
GOV - Ministério Da Educação, Formação Profissional, Ensino Superior, Ciência E Inovação	15,179,433,625	1,768,475	0	0	1,768,475	78,858,845	2,232,011	2,600,000	83,690,856	23,716,564	109,175,895
GOV - Ministério Da Agricultura, Desenvolvimento Rural E Pescas	2,064,736,668	0	0	0	0	0	112,120,162	9,711,350	121,831,512	336,130,315	457,961,826
GOV - Ministério Da Cultura, Indústrias Criativas, Juventude E Desporto	1,521,188,542	0	0	4,120,278	4,120,278	0	0	2,639,019	2,639,019	0	6,759,297
GOV - Ministério Da Reforma Do Estado, Poder Local E Descentralização	386,057,145	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Ministério Do Ambiente, Ação Climática E Energia	5,204,902,038	773,999,712	2,675,696	138,473,677	915,149,074	22,587,974	75,731,786	32,041,490	130,361,250	210,120,790	1,255,631,114
GOV - Ministério Da Coordenação De Projetos Especiais E Acesso A Fundos	80,960,288	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV - Comissão De Recenseamento Eleitoral	63,631,546	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

M1 - Marginal - A despesa tem uma relevância mínima, mas identificável e intencional, para a mitigação das mudanças climáticas, representando as considerações climáticas um aspeto menor da atividade;
M2 - Significativo - A mitigação às mudanças climáticas é um objetivo específico explicitamente declarado, mas é secundário em relação ao objetivo principal/global da despesa;
M3 - Principal - A mitigação às mudanças climáticas é o objetivo primário/global e fundamental da despesa. O projeto não teria sido realizado sem este objetivo de mudanças climáticas;

A1 - Marginal - A despesa tem uma relevância mínima, mas identificável e intencional, para as a adaptação às mudanças climáticas, representando as considerações climáticas um aspeto menor da atividade;
A2 - Significativo - A adaptação às mudanças climáticas é um objetivo específico explicitamente declarado, mas é secundário em relação ao objetivo principal/global da despesa;
A3 - Principal - A adaptação às mudanças climáticas é o objetivo primário/global e fundamental da despesa. O projeto não teria sido realizado sem este objetivo de mudanças climáticas;

Processado por Computador
30-09-2025 09:47:44

Relatório das Despesas Climáticas

Anexo 3 – Mapa das Despesas Climáticas por Pilar/Programa



Orçamento 2027

Mapa XVII - Orçamento Sensível ao Clima por Pilar e Programa

Pilar / Programa	Mitigação				Adaptação				Mitigação / Adaptação	Despesas Climáticas	Total Orçamento
	M3	M2	M1	Total	A3	A2	A1	Total			
	785,828,187	18,575,686	161,238,454	965,742,327	183,897,161	1,099,183,652	288,113,664	1,410,394,487	629,654,192	3,006,791,005	101,727,688,473
AMBIENTE	96,517,805	0	12,979,773	109,497,578	22,587,974	75,731,786	32,041,430	130,361,250	210,120,730	449,973,618	2,968,596,356
AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	8,900,000	0	0	8,900,000	0	9,200,000	10,455,589	19,655,589	16,184,417	44,740,006	827,925,621
AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	11,060,000	0	0	11,060,000	22,587,974	7,542,982	1,500,000	31,630,956	142,936,889	185,627,845	821,180,614
ÁGUA E SANEAMENTO	76,557,805	0	12,979,773	89,537,578	0	58,988,804	20,085,901	79,074,705	50,999,483	219,611,767	1,319,400,121
ECONOMIA	688,541,907	18,675,686	129,614,181	836,831,774	1,650,342	752,588,737	119,812,548	874,051,627	395,816,838	2,106,700,239	14,420,850,639
CABO VERDE PLATAFORMA AEREA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	890,724,969
CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	0	0	0	0	0	0	0	0	2,563,137	2,563,137	152,407,910
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	535,304,820
CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	518,598,205
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	0	0	0	0	0	462,254,258	15,642,894	477,897,152	14,400,000	492,297,152	1,845,184,761
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	0	0	0	0	0	42,852,209	0	42,852,209	0	42,852,209	1,724,270,354
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	0	0	4,120,278	4,120,278	0	0	2,639,019	2,639,019	0	6,759,297	394,865,388
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103,827,836
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	0	16,000,000	0	16,000,000	0	120,000,000	90,396,955	210,396,955	42,723,386	269,120,342	3,842,085,429
PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	0	0	0	0	1,650,342	15,362,108	10,153,680	27,166,130	0	27,166,130	525,974,045
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	688,541,907	2,675,686	125,493,904	816,711,496	0	0	0	0	0	816,711,496	1,950,170,159
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	584,796,853
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	0	0	0	0	0	112,120,162	980,000	113,100,162	336,130,315	449,230,477	1,352,639,970
ESTADO SOCIAL	1,768,475	0	18,644,500	20,412,975	78,858,845	270,863,139	56,259,626	405,981,610	23,716,564	450,111,149	67,426,118,749
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	1,768,475	0	18,644,500	20,412,975	78,858,845	2,232,011	2,878,555	83,969,412	23,716,564	128,098,951	14,242,651,181
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	0	0	0	0	0	68,095,715	0	68,095,715	0	68,095,715	12,189,778,878
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18,814,920,897
HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	0	0	0	0	0	199,374,353	52,952,700	252,327,053	0	252,327,053	8,204,727,311
PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO	0	0	0	0	0	1,161,060	428,371	1,589,431	0	1,589,431	223,021,190
PROTEÇÃO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13,751,019,292
SOBERANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16,912,152,629
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,068,477,296
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	73,876,911
GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,651,597,038
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,449,125,040
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	768,097,149
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,900,989,235

M1 - Marginal - A despesa tem uma relevância mínima, mas identificável e intencional, para a mitigação das mudanças climáticas, representando as considerações climáticas um aspeto menor da conceção da atividade;
 M2 - Significativo - A mitigação das mudanças climáticas é um objetivo específico explicitamente declarado, mas é secundário em relação ao objetivo principal/global da despesa;
 M3 - Principal - A mitigação das mudanças climáticas é o objetivo primário/global e fundamental da despesa. O projeto não teria sido realizado sem este objetivo de mudanças climáticas;

A1 - Marginal - A despesa tem uma relevância mínima, mas identificável e intencional, para a adaptação às mudanças climáticas, representando as considerações climáticas um aspeto menor da conceção da atividade;
 A2 - Significativo - A adaptação às mudanças climáticas é um objetivo específico explicitamente declarado, mas é secundário em relação ao objetivo principal/global da despesa;
 A3 - Principal - A adaptação às mudanças climáticas é o objetivo primário/global e fundamental da despesa. O projeto não teria sido realizado sem este objetivo de mudanças climáticas;

Processado por Computador
 30-09-2026 09:46:18

Anexo 4 – Acrónimos

CBT	Marcação Orçamental Climática
CHG	Chefia do Governo
IGF	Inspeção Geral das Finanças
LT-LEDS	Estratégia de Desenvolvimento de Baixa Carbono a Longo Prazo
MAACE	Ministério do Ambiente, Ação Climática e Energia
MADRP	Ministério da Agricultura , Desenvolvimento Rural e Pescas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCICJD	Ministério da Cultura, Indústrias Criativas, Juventude e Desporto
MCPEAF	Ministério da Coordenação de Projetos Especiais e Acesso a Fundos
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MECITD	Ministério da Economia, Comércio, Indústria e Transição Digital
MEFPESCI	Ministério da Educação, Formação Profissional, Ensino Superior, Ciência e Inovação
MF	Ministério das Finanças
MFIDST	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e Trabalho
MIHOT	Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território
MJ	Ministério da Justiça
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
MS	Ministério da Saúde
MTM	Ministério dos Transportes e Mar
NAP	Plano Nacional de Adaptação
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento de Estado
PEID	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
SET	Secretaria de Estado do Turismo
TdC	Tribunal de Contas
VE	Veículos Elétricos